

Tabela 9. Execução Orçamentária da despesa do exercício de 2022

Natureza	Inicial (A)	Atualizada (B)	Empenhada (C)	Liquidada (D)	Paga (E)	Economia Orçamentária (B-C)
Despesas Correntes	1.110.940.731,90	1.462.986.306,33	1.092.717.200,82	986.609.334,90	983.970.828,49	370.269.105,51
Pessoal e encargos sociais	223.091.758,47	318.389.847,58	297.144.079,21	295.555.089,39	294.943.538,38	21.245.768,37
Juros e encargos da Dívida	1.280.130,06	1.280.130,06	647.211,86	647.211,86	647.211,86	632.918,20
Outras Despesas Correntes	886.568.843,37	1.143.316.328,69	794.925.909,75	690.407.033,65	688.380.078,25	348.390.418,94
Despesas Correntes Intra-orçamentária	13.517.036,52	20.250.300,49	18.545.328,98	18.545.328,98	18.545.328,98	1.704.971,51
Despesas de Capital	659.376.598,64	610.356.412,10	315.731.607,57	299.751.129,76	298.406.176,12	294.624.804,53
Investimentos	656.241.328,74	607.221.142,20	313.094.065,03	297.113.587,22	295.768.633,58	294.127.077,17
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	3.135.269,90	3.135.269,90	2.637.542,54	2.637.542,54	2.637.542,54	497.727,36
Reserva de Contingência e RPPS	27.264.425,19	27.197.425,19	0,00	0,00	0,00	27.197.425,19
Total das despesas	1.811.098.792,25	2.120.790.444,11	1.426.994.137,37	1.304.905.793,64	1.300.922.333,59	693.796.306,74

Fonte: Peça 15 – Balanço Orçamentário Consolidado. Relatório Geral de Documentos – Peça 150 (fls. 57 a 59).

3.6.1. Cancelamento de Restos a Pagar Processado

Quando a Administração Pública executa o Orçamento, os gastos e investimentos são realizados pelo Empenho dos Créditos Disponíveis aprovados na LOA que representam autorizações de gastos, porém e não são recursos financeiros, ou seja, não são numerários, e por esta razão se faz necessário ocorrer a arrecadação para possibilitar os pagamentos aos diversos fornecedores de bens e serviços contratados pelo Empenho.

Como a LOA tem a vigência de um ano, coincidente com o ano calendário, é comum a Administração Pública terminar o ano com Empenhos ainda não pagos, surgindo assim “*Contas a Pagar*” para o ano seguinte, o que denominamos de Restos a Pagar.

Os Restos a Pagar, como dívidas de Empenhos de anos anteriores podem ser desdobrados em dois tipos que são representativos das fases ou estágios da Despesa Pública: Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são oriundos das despesas Empenhadas e Liquidadas, ou seja, a Administração Pública reconheceu ou atestou o recebimento do serviço, material ou bem adquirido do Fornecedor, bastando apenas o efetivo pagamento; no entanto, os Restos a Pagar Não Processados, referem-se as despesas também não pagas no final do ano, mas que só